

PERCEPÇÃO CRÍTICA DOS DISCENTES DO CURSO DE QUÍMICA LICENCIATURA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR DA UEMA - SÃO LUÍS - MA, BRASIL

Gabriele L. Silva¹; Ana Clara S. Mafra¹; Geisiana T. Silva¹; Vera L. N. Dias²

¹ Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)- Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais (CECEN), Departamento de Química Licenciatura, São Luís -MA, Brasil

² Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)- Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais (CECEN), Departamento de Química Licenciatura, São Luís – MA, Brasil.

E-mail: gabrielelimasilva64@gmail.com

Palavras-Chave: Sensibilização, Acessibilidade, Formação continuada

Introdução

O marco histórico para Educação Inclusiva foi em 1994, com a Declaração de Salamanca, na Espanha, durante a Conferência Mundial de Educação Especial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A Declaração tem como princípio que os alunos com deficiência devem estar no ensino regular e defende que todos os estudantes, independentemente da dificuldade de aprendizagem ou deficiência, têm direito à educação inclusiva.

O Brasil afirmou esse compromisso ao se tornar signatário da Declaração de Salamanca e iniciou um diálogo no âmbito pedagógico referente às questões relativas à inclusão e exclusão na educação (UNESCO, 1994). Já no que concerne especificamente ao Ensino Superior, somente no ano de 2003 foi sancionada a portaria número 3.284, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, cujo objetivo é instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

Segundo Moreira, Bolsanello e Seger (2011), da mesma forma que a educação básica tem buscado atender os princípios da inclusão assegurando apoios e recursos físicos, humanos e materiais aos alunos com necessidades educacionais específicas, o ensino superior passa a incorporar essa exigência.

O aumento no ingresso de estudantes com deficiência no ensino superior é fruto de uma longa trajetória de luta por direitos e de transformação da percepção sobre as pessoas com deficiência, antes vistas como limitadas ou desprovidas de potencial. Esse processo começou a se consolidar no Brasil entre o final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, com a criação de políticas de inclusão, especialmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, como traz no artigo 3º um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988).

Embora a Legislação que institui o ingresso de pessoas com deficiência no ensino superior tenha sido a mais de duas décadas, as Instituições de ensino superior ainda enfrentam grandes dificuldades para adequar o que a lei prever mesmo tendo já alcançado algo significativo, sendo necessário um avanço para que se alcance o ideal conforme prever as legislações concernente a inclusão no Ensino Superior.

Ademais, a educação inclusiva busca assegurar o direito de todos os discentes, independentemente de suas características, habilidades ou necessidades, a uma educação de qualidade. Essa abordagem reconhece e valoriza a diversidade presente na sociedade, ao mesmo tempo em que elimina barreiras e promove a participação plena e igualitária no processo educacional (Mantoan, 2006).

Para uma inclusão efetiva na educação em todos os graus, além das leis que garantem a permanência do aluno no ensino regular, é necessária a mudança de comportamento de toda comunidade acadêmica e a convivência na diversidade, que contribui para o aprendizado individual e para uma concepção de respeito às diferenças.

A presença de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior é um novo desafio. O processo de construção de um espaço inclusivo na educação, qualquer que seja seu o nível, não se dá por meio de uma padronização; ao contrário, é necessário que a inclusão se faça a partir da experiência e do reconhecimento das diferenças. A participação de pessoas com deficiência em sala de aula pode ser uma contribuição para todos os alunos, ao promover a reflexão sobre as práticas educacionais a partir das questões suscitadas no cotidiano da sala de aula, o que leva à flexibilização e à reinvenção das mesmas (Ferrari; Sekkel, 2007).

Desse modo, precisa-se compreender como uma instituição de ensino superior tem se adaptado para atender a essas necessidades, avaliando a percepção de alunos, em relação às políticas de inclusão. Compreendendo que, as condições de acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino superior não implica apenas a construção de espaços fisicamente acessíveis, mas também recursos pedagógicos como: livros, equipamentos e entre outros.

Logo, este trabalho tem por objetivo avaliar o perfil dos discentes do Curso de Química Licenciatura, Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual do Maranhão (CECEN/UEMA), acerca da inclusão de alunos com deficiência na instituição, utilizando de recursos tecnológicos na organização dos dados obtidos por meio de um questionário anônimo e a elaboração de um informativo, levando em consideração as dificuldades da inclusão de alunos com deficiência no curso.

A investigação contribui para a reflexão crítica sobre a efetividade das políticas públicas de inclusão, apontando caminhos para práticas pedagógicas mais acessíveis e para a melhoria das condições de permanência desses estudantes.

Material e Métodos

A presente investigação adotou uma metodologia de caráter qualitativa e quantitativo, com o intuito de captar, simultaneamente, aspectos mensuráveis e expressões subjetivas relacionadas à inclusão de estudantes com deficiência no ensino universitário. A escolha por esse modelo metodológico foi pensada de forma a contemplar plenamente os objetivos propostos, sobretudo o propósito central de traçar o perfil dos alunos matriculados no curso de Licenciatura em Química, vinculado ao Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA/CECEN), no que se refere às suas percepções sobre a inclusão de estudantes com deficiência na Instituição.

Público-alvo

A pesquisa foi realizada na Universidade Estadual do Maranhão, do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais (UEMA/CECEN), situado em São Luís, capital do estado do Maranhão, Campus Paulo VI, local escolhido por reunir os sujeitos investigados. Participaram do estudo discentes regularmente matriculados no curso de Química Licenciatura.

Coleta

O instrumento foi disponibilizado no Google Forms, escolhido pela praticidade, acessibilidade e segurança. A participação foi divulgada via e-mail institucional, redes sociais e grupos acadêmicos. Antes de responder ao questionário, os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com informações sobre objetivos,

procedimentos, riscos, benefícios, sigilo, anonimato e liberdade de desistência, conforme as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 (Brasil, 2016). O questionário contou com seis questões, metade fechadas e metade abertas. A amostra foi composta por 13 estudantes matriculados no curso e que aceitaram formalmente participar, sendo excluídos aqueles que recusaram ou não concluíram o instrumento. Embora o curso tenha mais alunos, a amostra reflete a adesão voluntária dos participantes.

Análise dos dados coletados

As respostas obtidas no questionário, foram organizadas com o auxílio do programa Microsoft Excel, permitindo a elaboração de gráficos que facilitaram a visualização de padrões e tendências. Esse processo possibilitou identificar categorias emergentes e compreender com maior profundidade a percepção dos estudantes de Química sobre a inclusão de alunos com deficiência, no ensino superior. A pesquisa foi previamente submetida à avaliação e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Maranhão, por meio da Plataforma Brasil, garantindo o cumprimento de todos os preceitos éticos aplicáveis.

Transposição de dados

Após, a coleta e análise dos dados, realizou-se a construção de um informativo levando em consideração as dificuldades da inclusão de alunos com deficiência no curso, a partir da percepção dos alunos do Curso de Química Licenciatura, por meio do questionário.

Resultados e Discussão

A percepção dos discentes do curso de Química Licenciatura da UEMA é de que, apesar da existência de políticas de inclusão, a instituição ainda enfrenta desafios para implementar recursos pedagógicos que assegurem a plena participação de alunos com deficiência no ensino superior.

Na primeira questão do questionário, 100% dos participantes afirmaram conhecer o termo “aluno atípico”, usado para designar estudantes com diferenças neurológicas, comportamentais, físicas ou cognitivas, incluindo deficiências, TEA e altas habilidades. Esse resultado indica que a inclusão já está presente, ao menos teoricamente, no vocabulário acadêmico dos licenciandos, ainda que a prática enfrente obstáculos.

Com o objetivo de compreender o contato prévio dos discentes com a diversidade no ambiente acadêmico, foi formulada a questão 2 do questionário, que abordava o conhecimento da sigla NEE (Necessidades Educativas Especiais) e a vivência prática com alunos que demandam recursos pedagógicos específicos para seu desenvolvimento acadêmico, pessoal e social (BRASIL, 2015). Os resultados dessa questão estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Experiência com alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais)

Categoria	Alunos	%
Sim	9	73,3%
Não	2	20%
Não sei opinar	1	7,7%

Fonte: Autora (2025).

Os dados referentes à experiência dos discentes do curso de Química Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) com alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), conforme apresentado na tabela 1, revela que a maioria dos participantes (73,3%) afirmou já ter dividido o espaço de ensino com estudantes com NEE. Esse dado é expressivo e indica que uma parcela significativa dos licenciandos já teve contato direto com a diversidade no ambiente acadêmico, o que pode contribuir para a construção de uma prática pedagógica mais sensível e inclusiva.

Na tabela 2, concernente à questão 3 do questionário, apresenta a percepção dos discentes do curso de Química Licenciatura da UEMA quanto à capacidade da instituição acolher alunos atípicos e à própria aptidão dos alunos para lidar e compartilhar o espaço com esses colegas.

Tabela 2: Resposta dos alunos na Questão 3

Categoria	Alunos	%
Sim, acredito que a UEMA tem condições e eu saberia lidar	4	33,34%
Sim, acredito que a UEMA tem condições, mas não saberia lidar	1	8,33%
Não, acredito que a UEMA não tem condições, mas eu saberia lidar	5	41,67%
Não, acredito que a UEMA não tem condições e eu saberia lidar	1	8,33%
Não sei opinar	1	8,33%

Fonte: Autora (2025).

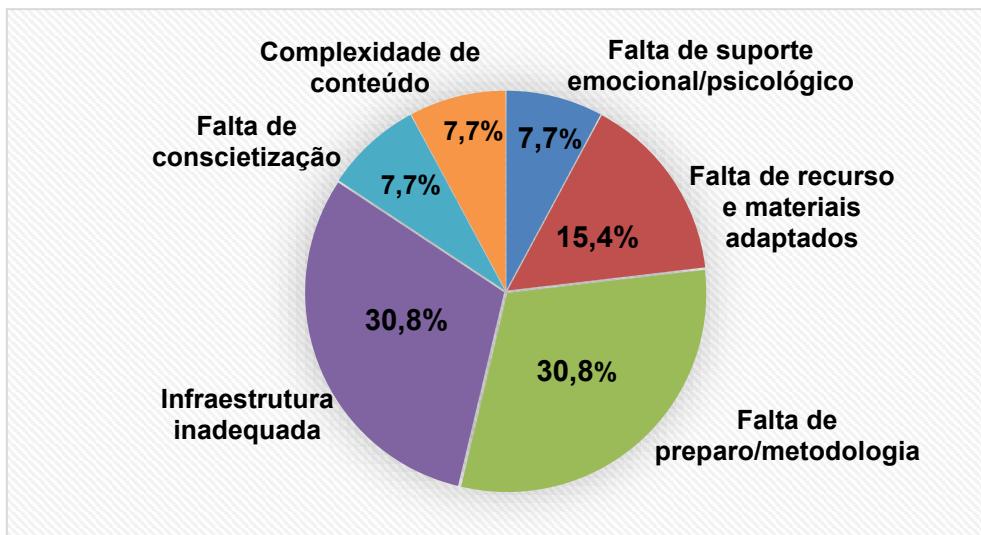
A análise dos resultados revela uma percepção divergente entre os discentes em relação à inclusão de alunos com deficiência na UEMA. Enquanto uma parcela significativa dos estudantes (41,67%) considera que a universidade não dispõe de condições adequadas, seja em termos de infraestrutura, recursos pedagógicos ou apoio especializado, para acolher alunos atípicos, uma pequena parte (8,33%) afirma sentir-se preparada individualmente para lidar com essa diversidade no ambiente acadêmico.

. Segundo Lück (2018), o desenvolvimento de competências socioemocionais e a capacitação pedagógica contínua podem fortalecer a capacidade dos professores e estudantes de promover ambientes mais inclusivos, mesmo diante de limitações estruturais.

Assim, os resultados indicam a necessidade de promover formação e políticas institucionais de inclusão mais integradas e eficazes, visando não apenas aprimorar a infraestrutura, mas também fortalecer a confiança dos estudantes e docentes no potencial de uma prática pedagógica inclusiva, alinhando-se às recomendações de Mantoan (2017), que destaca a importância do investimento em formação para promover mudanças culturais e práticas educativas mais igualitárias.

No gráfico 1, os resultados apresentados concernente à questão 4 do questionário, evidenciam que as principais dificuldades apontadas pelos participantes relacionadas à inclusão de alunos atípicos na universidade são a infraestrutura inadequada e a falta de preparo ou metodologia docente, ambas com 30,8%.

Gráfico 1: Principais dificuldades de alunos atípicos no curso de Química Licenciatura na UEMA.



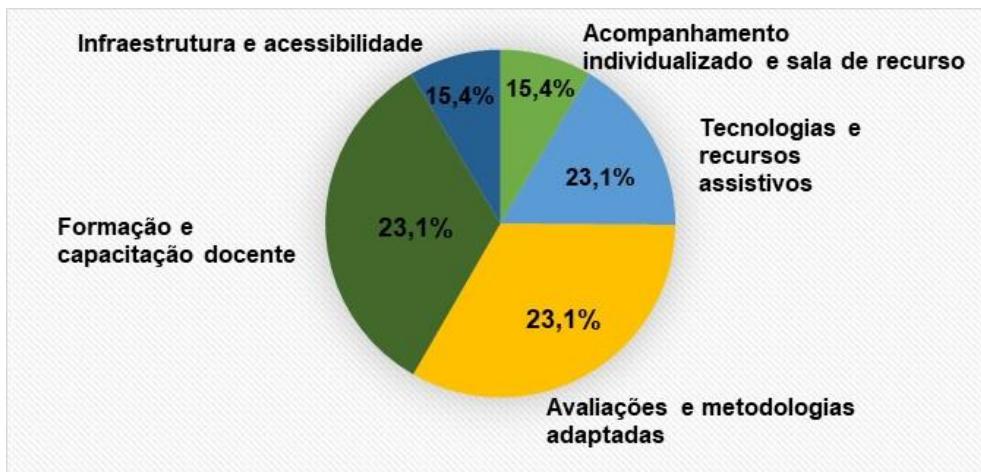
Fonte: Autora (2025).

A falta de preparo dos docentes para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos é considerada uma das maiores barreiras para a efetivação de uma educação inclusiva, como aponta Braga (2018), que destaca a importância da formação contínua dos professores como estratégia para superar desafios pedagógicos relacionados à diversidade.

Por outro lado, destacam-se como obstáculos significativos à inclusão a escassez de materiais e recursos adaptados correspondente a (15,4%) e a limitada oferta de suporte emocional e psicológico aos discentes (7,7%), fatores que comprometem a efetividade das práticas inclusivas.

No Gráfico 2 apresenta-se as estratégias sugeridas pelos discentes do curso de Química Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA para promover a inclusão de alunos atípicos.

Gráfico 2: Estratégias sugeridas para inclusão de alunos atípicos.



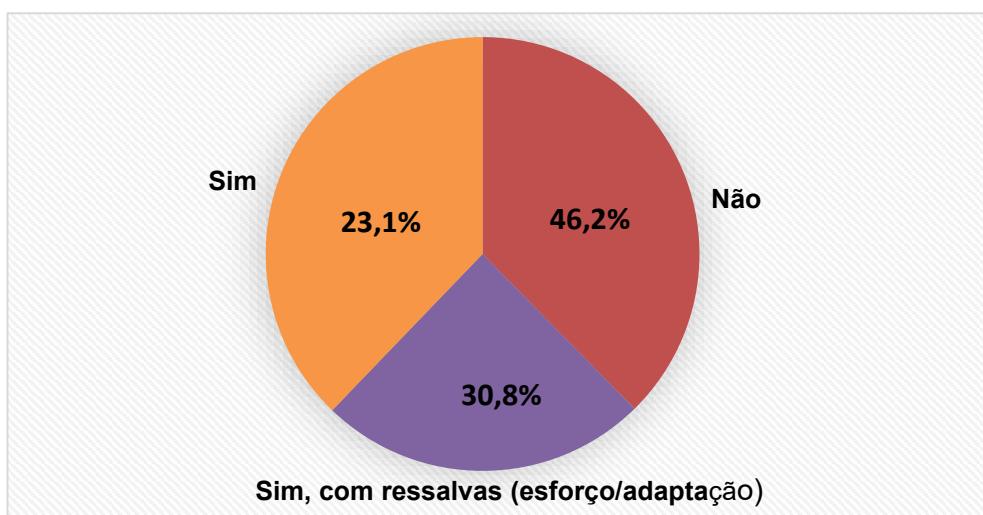
Fonte: Autora (2025).

Os resultados sugerem que há entre os estudantes uma compreensão ampliada sobre os múltiplos fatores que interferem na inclusão, indo além da simples presença física do aluno

com deficiência. Conforme aponta Glat e Fernandes (2005), a construção de uma escola inclusiva requer não apenas políticas de acesso, mas também ações formativas contínuas que desenvolvam competências profissionais e humanas nos futuros professores.

Ilustra-se no gráfico 3, a percepção dos discentes do curso de Química Licenciatura da UEMA sobre sua própria preparação para acolher alunos atípicos no ambiente acadêmico, referente a questão 6 do questionário.

Gráfico 3: Preparação dos Discentes para acolher alunos atípicos – UEMA.



Fonte: Autora (2025).

Observou-se que apenas 23,1% dos discentes afirmaram estar completamente preparados. Esse dado está em consonância com estudos como Freitas (2023), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), que constatam que disciplinas específicas sobre educação inclusiva, quando bem estruturadas, podem fortalecer a autoconfiança do licenciando para atuar com diversidade no ensino de Química.

Entretanto, ainda que esse percentual de 23,1% concorde com seu preparo, tais resultados precisam ser analisados com cautela. Como apontam Stainback e Stainback (1999), a verdadeira inclusão só ocorre quando o professor possui conhecimento e reflexão críticos sobre as diferenças dos alunos, e parte disso se constrói ao longo da formação inicial com vivências práticas.

Ainda em concordância com a pesquisa, foi elaborado um informativo, conforme apresentado na (Figura 1), que teve como propósito promover a conscientização entre os discentes do curso de Química Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) sobre a importância da inclusão de alunos com deficiência. O informativo reflete essa perspectiva ao incentivar a empatia, o conhecimento sobre deficiências e o engajamento em práticas pedagógicas acessíveis. O material gráfico se alinha às orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo MEC (Brasil, 2008), ao sugerir estratégias como uso de tecnologias assistivas, metodologias adaptadas e formação docente continuada. Tais ações são reconhecidas como pilares fundamentais para garantir a permanência e a aprendizagem de alunos com deficiência no ensino superior.

Figura 1: Informativo Educacional

INCLUSÃO É DEVER DE TODOS: CONHECIMENTO, RESPEITO E AÇÃO!



**INFORMÁTIVO DE CONSCIENTIZAÇÃO
CURSO DE QUÍMICA LICENCIATURA – UEMA**

A convivência acadêmica torna-se mais rica quando há respeito, empatia e igualdade de oportunidades. A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior não é apenas responsabilidade da instituição.

Q POR QUE PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO?

Durante a formação docente, é comum que, na preparação para lidar com alunos atípicos, não se receba a devida atenção. Muitos futuros professores relatam que se sentem inseguros ou despreparados para adaptar sua prática pedagógica ou se comunicar de maneira eficaz. Essa realidade exige reflexão e mudança de postura: mais do que esperar que a instituição resolva tudo, é necessário que cada aluno docente busque ampliar seus conhecimentos e habilidades para lidar com a diversidade na sala de aula, promovendo um ambiente mais inclusivo e equitativo.

Incluir é garantir que cada pessoa tenha acesso, oportunidade de aprender e de participar de forma plena.

COMO PODEMOS DESENVOLVER COMPETÊNCIAS PARA A INCLUSÃO?

-  Aprenda a lidar com os diferentes tipos de deficiência e como elas afetam o aprendizado.
-  Adote uma postura colaborativa e compartilhar conhecimentos. Adaptar atividades.
-  Desenvolva suas recursos e tecnologias assistivas.
-  Reflita sobre o diálogo com colegas atípicos e, muitas vezes, teste o seu potencial em prol das necessidades

CAMINHOS PARA SE CAPACITAR MAIS:

- Participe de eventos e cursos sobre Educação Inclusiva.
- Consulte a matéria da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
- converse com professores, colegas e profissionais sobre boas práticas inclusivas.
- Esteja aberto ao diálogo com colegas atípicos: muitas vezes, eles são os melhores recursos sobre as suas necessidades.



Fonte: Autor, (2025).

Conclusões

A pesquisa realizada com discentes do curso de Química Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) permitiu compreender a percepção crítica dos estudantes acerca da inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. Embora o número de participantes tenha sido reduzido, os dados revelaram informações relevantes que atendem ao objetivo de levantar hipóteses e mapear percepções sobre o tema. Verificou-se que todos os acadêmicos afirmaram conhecer o termo “aluno atípico”, evidenciando certa sensibilização quanto à diversidade. No entanto, esse conhecimento ainda não se reflete em preparo técnico-pedagógico, já que apenas uma minoria se declarou apta a atuar com estudantes com deficiência.

As respostas demonstraram insegurança e apontaram lacunas significativas na formação inicial, especialmente quanto ao domínio de metodologias inclusivas e ao uso de recursos acessíveis. Entre as sugestões, destacaram-se a necessidade de capacitação docente, metodologias e avaliações adaptadas, uso ampliado de tecnologias assistivas, acompanhamento individualizado e melhoria da infraestrutura. Esses pontos convergem com as políticas públicas nacionais e reforçam a importância da escuta dos discentes como parte do processo formativo.

Conclui-se, portanto, que a formação docente no curso de Química da UEMA precisa avançar de forma consistente para integrar os princípios da educação inclusiva,



articulando teoria e prática. Torna-se imprescindível que a instituição promova espaços de vivência e formação continuada, assegurando que seus futuros professores estejam preparados para acolher e ensinar com equidade, fortalecendo o compromisso da universidade com uma educação inclusiva e de qualidade.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, fonte de toda sabedoria, à UEMA pela bolsa concedida, à minha orientadora Vera Lúcia, bem como à minha família e amigos pelo apoio incondicional.

Referências

BRAGA, Aurélio. **Formação de professores para a inclusão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510**, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016.

FERRARI, Marian AL; SEKKEL, Marie Claire. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 27, p. 636-647, 2007.

FREITAS, Marcos Cezar de. Educação inclusiva: diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v.53, e10084, 2023.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Claudia de Oliveira. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: novos desafios para a gestão escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 10, n. 28, p. 5-20, 2005.

LÜCK, Daniel. **Práticas pedagógicas para a inclusão**. Campinas: Papirus, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que diz a legislação. São Paulo: Edições SM, 2017.

MOREIRA, L.C. BOLSANELLO, M.A. SEGER, R.G. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. **Educar em Revista**, p.125-143. 2011.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Tradução de Maria Adriana Veronese. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.